

Sindicalistas em greve brutalmente assassinados em Porto Seguro.

Elisney Pereira dos Santos, 31 anos, e Álvaro Henrique Santos, 28 anos, ambos professores e dirigentes da APLB-Sindicato em Porto Seguro, Bahia, foram brutalmente assassinados, após uma emboscada preparada por quatro jagunços armados na localidade conhecida como Roça do Povo, região do bairro Baianão.

Na noite do dia 17 de setembro os professores foram recebidos a bala pelos jagunços que invadiram o sítio da família de Álvaro, fizeram sua mãe e seu irmão reféns e lhes obrigaram a telefoná-lo dizendo que seu filho passava mal. Elisney morreu assim que foi alvejado por quatro tiros e Álvaro, após ser alvejado duas vezes foi hospitalizado e passou por uma cirurgia para retirar uma das balas do crânio, mas não resistiu e morreu no dia 23 de setembro.


Os sindicalistas participavam da greve por melhores condições de trabalho dos profissionais em educação da rede municipal

de Porto Seguro iniciada no dia 16 de setembro, um dia antes dos assassinatos. Os baixos salários e as péssimas condições das escolas foram os principais motivadores da greve. A cena de estudantes tendo aulas em salas improvisadas em um "lava-jato" resume as condições da educação pública em Porto Seguro.

Tudo indica que o assassinato dos sindicalistas foi um crime político. Segundo informações da família de Álvaro Henrique, o professor já vinha sofrendo ameaças há algumas semanas. E enquanto a polícia mantém sigilo sobre as investigações e o governo estadual na prática, lava as mãos. Gilberto Abade (PSB), prefeito de Porto Seguro e Caetano Cupolo, secretário de educação do município, ameaçam cortar o salário dos professores que permanecem em greve e em nenhum momento foi posta



publicamente a supeita sobre eles como mandantes do crime. Mas a pergunta que fica é: quem mais seria interessado no assassinato dos professores Álvaro Henrique e Elisney, que acabavam de iniciar, junto com a categoria, uma greve da rede municipal de educação em Porto Seguro?

Denunciar mais esse crime do sistema contra os lutadores do povo e cercar de solidariedade a luta dos professores de Porto Seguro por melhores condições de trabalho, por justiça e punição aos assassinos e mandantes é uma tarefa urgente. 

Marighella: 40 anos do assassinato do inimigo número um da ditadura

Cidade de São Paulo, Alameda Casa Branca, noite de 4 de novembro de 1969. Em uma emboscada preparada pelos organismos da repressão política caía o "inimigo público número um" da ditadura militar fascista no Brasil.

Carlos Marighella, nascido na capital baiana, um dos sete filhos do operário Augusto Marighella, imigrante italiano da região da Emília, e da baiana Maria Rita do Nascimento, negra, filha de escravos africanos haussás. Criado na Baixa dos Sapateiros, onde concluiu os cursos primário e secundário, aos 18 anos, ingressou no curso de Engenharia Civil na Escola Politécnica da Bahia e no PCB, dando início à sua trajetória política e militante, marcada pela entrega, pela disciplina e pelo heroísmo, mas também pelas contradições.

Militância, prisões e ruptura com o Partidão (PCB)

Após escrever um poema contendo críticas ao interventor Juracy Magalhães, em 1932, Marighella é preso pela primeira vez. Ao sair da prisão, abandona o curso na Escola Politécnica da Bahia no 3º ano e muda-se para o Rio de Janeiro. Sobre isso, Marighella disse que "um sentimento profundo de revolta ante a injustiça social não me permitia prosseguir

em busca de um diploma (...), num país onde as crianças são obrigadas a trabalhar para comer." (*Porque Resisti à Prisão*, 1965.)

Em 1936, no 1º de maio, foi novamente preso, sofrendo terríveis torturas da polícia de Filinto Müller durante 23 dias e ficando encarcerado por um ano. Solto pela medida que libertou os presos políticos sem condenação, foi deslocado para São Paulo com a tarefa de reorganizar o PCB, duramente atingido pela repressão da ditadura de Getúlio Vargas. Voltaria aos cárceres em 1939, sendo mais uma vez torturado, agora pelo DOPS de São Paulo, se negou novamente a fornecer qualquer informação. Foi transferido aos presídios de Fernando de Noronha e Ilha Grande, onde permaneceu por seis anos, até ser anistiado em 1945, quando ajudou na reorganização do PCB, já na legalidade, e foi eleito deputado federal constituinte pela Bahia.

Com o mandato cassado pelo governo Dutra, Marighella retornou a condição de militante clandestino em 1948, condição que permaneceria por mais duas décadas, até seu assassinato em 1969.

Nos anos 50, quando passou a exercer novamente suas atividades em São Paulo, viajou à China e à União Soviética, depois para



Cuba, conhecendo de perto as experiências vividas nesses países. Após o golpe militar de 1º de abril de 1964, Marighella foi localizado por agentes do DOPS carioca num cinema no bairro da Tijuca, resistiu à prisão aos socos, pontapés e gritos de "abaixo a ditadura militar fascista", mas atingido por um tiro à queimadura no peito, foi capturado. Sobre esse episódio, que descreveu no livro "Porque Resisti à Prisão", Marighella afirmaria que "minha força vinha mesmo era da convicção política, da certeza (...) de que a liberdade não se defende senão resistindo". Foi solto graças a um grande movimento de solidariedade que obrigou os militares a lhe concederem um habeas-corpus.



Passou a aprofundar suas críticas ao colaboracionismo, ao imobilismo e a linha de "oposição democrática" à ditadura do PCB. Em dezembro de 1966, através de uma carta, renuncia à Comissão Executiva Nacional do Partidão, e em agosto de 1967 viaja à Havana, Cuba, onde a revelia da orientação da direção do PCB participa da 1ª Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Expulso do partido em 1967, dá início ao "racha" que culminaria na fundação da Ação Libertadora Nacional, a ALN.

Foquismo, luta armada e ALN

A Revolução Cubana, em 1959, e a proposta de estender a luta armada por todo o continente através da estratégia da "guerra de guerrilhas", ecoaram por importantes setores da esquerda latino-americana a despeito dos Partidos Comunistas e suas orientações colaboracionistas. O surgimento da ALN se insere nesse contexto, juntamente com diversas outras organizações que fizeram a opção pela luta armada contra a ditadura e o imperialismo, conformando um novo campo que se convencionou a chamar de "Nova Esquerda".

A luta interna aberta no PCB tornou tensas as relações entre a regional de São Paulo, que mantinha certo grau de independência, e o Comitê Central. As teses de Marighella foram aprovadas por larga maioria na Conferência Estadual de São Paulo, prepa-

ratória do VI Congresso do Partido. E reagindo à expulsão de Marighella, após ter participado da Conferência da OLAS, funda-se no segundo semestre de 1967 o Agrupamento Comunista de São Paulo. Logo as novas propostas se espalham pelo país, reunindo em sua maioria dissidentes do PCB, mas também, outros do PCdoB e independentes, que fundam a nova organização.

A ALN foi sem dúvida a maior e mais importante organização de esquerda no Brasil que operou no nível militar, entre os fins dos anos 60 e início dos anos 70, tendo Marighella como seu grande dirigente e inspirador. A organização que portagonizou diversas ações armadas contra a ditadura, algumas coordenadas com outras organizações como a *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR) e o *Movimento Revolucionário - 8 de Outubro* (MR-8), também publicou dois jornais, O *Guerrilheiro* em 1968 e *Venceremos* em 1971-72. Expropriações do trem pagador São Paulo e do carro pagador do Ipeg, no Rio de Janeiro, em 1967; a tomada da Rádio Nacional, em São Paulo, e o justicamento do major estadunidense Charles Chandler (com a VPR), em 1968; a participação no sequestro do embaixador norte-americano (com o MR-8), em 1969, e do embaixador alemão, em 1970 (com a VPR); o justicamento do empresário Boi-



lessen, da Supergasbrás, a destruição de caminhões pertencentes ao Grupo Frias e a tomada do sindicato dos têxteis, em São Paulo, entre 1970 e 71 (*Imagens da Revolução, 1985, Daniel Aarão e Jair de Sá, orgs.*), foram as mais importantes ações empreendidas pela ALN, que após a morte de Marighella e sucessivos golpes da repressão foi destruída definitivamente em 1973.

Morte e legado de Marighella

Em toda sua trajetória política, Carlos Marighella, identificou-se e defendeu o marxismo-leninismo. Contudo para nós, socialistas libertários, lembrar sua vida e sua luta é um ato de justiça com a história e a memória dos lutadores e lutadoras do povo deste país, além de ser uma tarefa política. Antes de romper com o Partidão, fundar a ALN e se tornar o "inimigo público número um" da ditadura militar fascista no Brasil, Marighella foi um militante profissional, disciplinado e rigoroso, que assim como a maioria imensa de seus companheiros de partido entrou em crise quando os crimes de Stálin foram "revelados". A Revolução Cubana e os exemplos de Che Guevara e Fidel Castro trouxeram um novo ânimo para militantes como Marighella, que mesmo mantendo sua filiação ideológica marxista-leninista fundou a ALN como uma organização de "novo tipo" e costumava dizer que "ortodoxia é coisa de religião, e da velha religião".

O episódio do assassinato de Marighella teve início com a prisão e tortura de alguns freis dominicanos que pertenciam a uma das bases de apoio da ALN, entre eles o Frei Tito. "Aqui é o Ernesto, vou à gráfica hoje", foi a senha para marcar o encontro com Marighella. A ânsia para matar o guerrilheiro, famoso por resistir as mais bárbaras práticas de tortura, por parte dos comandos da repressão política envolvidos na operação deixou mortos além de Marighella, algumas pessoas ligadas aos organismos de repressão que participavam da emboscada. 🐾

Uma crítica libertária ao foquismo

A concepção do foco guerrilheiro, que foi a principal referência adotada pela ALN de Marighella e por diversas outras organizações de esquerda no Brasil e em outros países da América Latina, como o *MNL-Tupamaros* no Uruguai, ao mesmo tempo em que representou uma ruptura com o reformismo dos PCs e questionou na prática alguns elementos da ortodoxia marxista, apresentou uma concepção onde a existência da organização política revolucionária, o partido, era considerada secundária e as ações político-militares do foco guerrilheiro, apoiadas por ações de logística, propaganda e recrutamento seriam o centro de uma estratégia onde a dialética ascendente de

ação-repressão geraria condições político-sociais cada vez mais favoráveis à luta armada, até culminar em uma situação onde importantes setores de população sustentariam a guerrilha, sua "vanguarda armada", impondo a derrubada do governo. (*El Copey, 1972*)

Uma concepção crítica acerca do foquismo, sistematizada no documento *El Copey* (chamado assim por questões de segurança) pela *Federación Anarquista Uruguaya*, a FAU, para a qual o projeto de luta armada diferia profundamente da formulação do foco, se materializou nas ações do seu braço armado, a *Organización Popular Revolucionaria - Los 33 Orientales* (OPR-33).

Para a FAU, a luta armada seria um dos

níveis impostos pela luta de classes e deveria ser um aspecto fundamental da prática política de um partido clandestino, que atuasse também com base em uma estratégia harmônica e global no nível de massas. E completava, dizendo que uma organização é realmente revolucionária, se coloca para si e resolve adequadamente o problema do poder, ou seja, para os anarquistas da FAU a ação no nível militar deveria estar condicionada aos demais níveis da luta de classes, sendo coordenados conjuntamente pela organização/partido de intenção revolucionária, de acordo com o projeto de empoderamento popular, ruptura revolucionária e construção do socialismo. 🐾

